

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
19ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

ESCOLA ESTADUAL E ENSINO MÉDIO XV DE NOVEMBRO SÃO GABRIEL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

2013 – 2014 - 2015

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO XV DE NOVEMBRO

Município: São Gabriel - RS

Endereço da Escola: Rua Duque de Caxias, Nº 248 - Centro

Telefone: (55) 3232 6046 Fax: (55) 3232 4850

E-mail: xvdenovembro19cre@educacao.rs.gov.br

Coordenadoria: 19ª CRE

Município da Coordenadoria: Santana do Livramento

Tipologia: Ensino Médio Politécnico e Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico Gestão e Negócios

Turnos de atendimento: manhã, tarde e noite

Número de alunos atendidos: 750

Número de professores: 53

Número de funcionários: 12

Diretora: Profª Sabrina Carvalho Mota

Vice-diretores: Manhã: Profª Carolina de Fátima da Trindade Freitas Biscaglia

Tarde: Profº Paulo Cesar Faria (2014)

Tarde: Profª : Andréa Bonorino Cunha Nicoletti(2015)

Noite: Profº João Silvio Rodrigues dos Santos

Supervisão Pedagógica: Profª Angela Medeiros de Assis Brasil (manhã)

Profª Carolina de Fátima da Trindade Freitas Biscaglia(tarde)

Profª Katya Clarissa Ferreira Dubois(tarde)

Profª Lolamar Kraiesky Saldanha (noite)

Orientação Educacional: Profª Maria do Carmo Munhoz Medina

ATOS OFICIAIS

Natureza do ato legal relativo ao estabelecimento	Órgão emissor	Número	Data
Lei Municipal	Prefeitura Municipal de São Gabriel	09/52	14/03/1952
Decreto de encampação	Governo do Estado/ Secretaria da Educação	4336	14/08/1962
Decreto de reorganização	Governo do Estado/ Secretaria da Educação	26892	10/04/1978
Portaria de designação	Governo do Estado/ Secretaria da Educação	81	07/03/2001

CURSOS OFERECIDOS PELO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

1. Ensino Médio Politécnico			
Natureza do ato de autorização	Órgão emissor	Número	Data
Portaria	NAA/SUA/SEC-MEC	11.670	08/07/1976
Parecer	CEED	47	24/02/1989

2. Curso Técnico em Administração – eixo tecnológico Gestão e Negócios			
Natureza do ato de autorização	Órgão emissor	Número	Data
Parecer	CEE - Comissão Especial de Educação Profissional	629/2012	08/08/2012
Processo	CEE - Comissão Especial de Educação Profissional	SE nº11.957/19.00/10.8	08/08/2012

INTRODUÇÃO

Este Projeto Político Pedagógico, em consonância com as modificações do Regimento Escolar, originou-se a partir das aspirações da comunidade escolar e visa à inclusão de todos no processo educacional, primando pela competência no desenvolvimento de habilidades necessárias ao homem na vida em sociedade.

FILOSOFIA

Ser um espaço de construção coletiva de direitos e deveres, proporcionando uma educação libertadora, formadora de sujeitos críticos e transformadores da realidade visando a uma sociedade justa, democrática e humanista.

OBJETIVOS

Da Educação Básica:

Art.22 A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (Lei 9394/96)

Do Ensino Médio:

- I. A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II. A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III. O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV. A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática no ensino de cada disciplina.

Da Educação Profissional:

A Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir ao cidadão o direito ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

DIAGNÓSTICO

Ao refletirmos sobre atual situação em que se encontra a escola pública, podemos constatar que ocorre falta de profissionais especialistas em educação, necessidade de pessoal habilitado para setores como: biblioteca, audiovisual, laboratórios de informática, ciências, aliado a falta de uma maior participação e comprometimento com o trabalho pedagógico permeado pela reflexão na prática e sobre a prática por parte dos professores.

Identificamos uma alta taxa de evasão escolar, principalmente no noturno e pouco aproveitamento nos aspectos conceituais e no crescimento pessoal do aluno principalmente no aspecto atitudinal, ainda considerado insuficiente.

Verifica-se uma necessidade de aumentar o espaço físico da escola para atividades de lazer, recreação, esportes e atendimento as atividades do turno inverso.

Diagnosticamos o desinteresse de uma parcela dos alunos no comparecimento das aulas no turno inverso, no cumprimento das tarefas, e falta de estímulo para estudar, o uso inadequado dos aparelhos celulares durante as aulas, a inexistência de determinadas habilidades cognitivas, entre outros. Somado a isto, verificamos a fraca participação e presença dos pais nas atividades e eventos na escolas .

A direção preocupa-se em organizar o aspecto físico e as condições ambientais para um melhor desempenho do trabalho pedagógico. Mas ocorre ainda a falta de um planejamento e intensivo trabalho no aspecto metodológico do ensino. Para isso a supervisão pedagógica deverá coordenar o processo de formação continuada para o corpo docente, a organização de instrumentos auxiliares para subsidiar o professor na tarefa didática e, procurar buscar no coletivo, soluções de problemas ao alcance da escola.

À escola cabe a formação de cidadãos, ou seja, pessoas independentes, criativas, críticas, detentoras do conhecimento e informações que lhes permitam tornarem-se agentes de uma nova sociedade mais justa, humana e fraterna.

Formar professores com competência para enfrentar com sucesso os desafios do nosso tempo, deve ser prioridade de toda a instituição de ensino, seja ela formadora ou empregadora.

Se couber à escola levar o aluno a pensar, a aprender a ser e a fazer, é verdade que ao professor é também preciso aprender a aprender, para ensinar.

MARCO TEÓRICO

Esta Proposta Pedagógica está de acordo com a legislação vigente e com as Diretrizes para a educação pública estadual, sendo o instrumento condutor de toda a ação educativa

desenvolvida na Escola e das relações desta com a Comunidade. Não é algo pronto, pois está baseado na ação-reflexão-ação, desta forma, nossa Escola, em sua prática cotidiana, possibilitará a formação de sujeitos capazes de tomarem decisões que possam transformar a nossa Sociedade a fim de contribuir para um mundo melhor.

Após reflexão dos segmentos da Comunidade Escolar percebe-se a necessidade de ser priorizada a finalidade humanística dentro da Escola, e para isso está sendo proposto o trabalho pedagógico voltado também para os aspectos atitudinais e de valores. A interdisciplinaridade trabalhada para a construção de uma escola participativa e decisiva na formação do cidadão. Pretende-se através do trabalho da coordenação pedagógica, dotada de recursos humanos, que todas as decisões sejam tomadas democraticamente.

Há necessidade de despertar no próprio educador a disposição para criar, gerar novas situações de aprendizagem para adequação do conteúdo à realidade, utilizando-se a interdisciplinaridade, de forma a tornar mais atraente a oferta do componente curricular. Para isso, torna-se necessário uma maior distribuição de poderes dentro da escola, isto talvez não ocorra devido a falta de especificação das atribuições de cada setor. Na medida em que o indivíduo reconhece a função que lhe compete ficará mais fácil a sua participação no processo de decisão ampliando a visão das ações e favorecendo a realização dos objetivos da escola.

Entendemos que para um modelo de gestão democrática há necessidade de abertura e espaços para estudos, reflexão e discussão de propostas para o trabalho pedagógico coletivo. Com o serviço de supervisão pedagógica mais atuante, pretende-se propiciar a colaboração e construção do proposto. Para isso, torna-se necessário que cada um desperte em si o profissional da educação e busque a valorização do trabalho escolar.

METAS

Com vistas a melhorar e mudar a situação diagnosticada, construímos um plano integrado que pretende:

- ver a escola como um espaço de construção de conhecimentos, medida pela prática do cotidiano;
- oportunizar espaços de reflexão sobre o trabalho pedagógico;
- contribuir para a formação continuada e a formação de lideranças;
- construir uma avaliação que diagnostique durante o processo de ensino-aprendizagem e pela qual aponte o sucesso escolar;
- construir laços e parcerias com outras instituições, recebendo estagiários e encaminhando para estágios;

- buscar a mobilização e participação da comunidade escolar;
- atender à unidade na diversidade.

QUANTO AO SERVIÇO DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIOS:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, diz que a educação escolar deverá estar vinculada ao mundo do trabalho. Portanto, não fica este vinculado somente ao ensino profissional, uma vez que a Lei reconhece que todos devem ser educados na perspectiva do trabalho, tanto para futuras escolhas profissionais, como para o exercício da cidadania.

Neste sentido, a Supervisão de Estágios em relação com o mundo do trabalho na comunidade local, se dará com o aluno no ingresso como aprendiz no mercado de trabalho e para isto a Coordenação Pedagógica irá promover a integração do serviço de Estágios com a Comunidade, organizando o processo técnico-administrativo do serviço, orientando e assessorando as empresas ou instituições que procuram a Escola para recrutar recursos humanos (estagiários) para os setores no mundo do trabalho da administração pública e de comércio local.

Para tanto, cabe à escola confeccionar documentos próprios de comprovação da Escola, tais como: Planos de Estágios, Termo de compromisso de estágio, avaliação do estagiário, levantamento de frequência escolar, relatórios de desempenho do estagiário, etc. que se façam necessários atendendo a legislação do ensino e do estágio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCAO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 8ª edição - Ed. Cortez São Paulo, 2011

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BALZAN, N. C. Discutindo o processo de socialização profissional. In: REALI, A. M. de M. R.; MIZUKAMI, M. da G. N. (Orgs.). **Formação de professores: tendências atuais**. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

Cadernos Temáticos produzidos pelo MEC: Etapa I-Caderno II: O jovem como sujeito do Ensino Médio; Etapa II-Caderno I- 2014

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 15ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989.

PERRENOUD, Philippe; THURLER, Mônica Gather. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

Por que falar ainda em avaliação? [recurso eletrônico] /organizadoras, Marlene Corro Grillo, Rosana Maria Gessinger; Ana Lúcia Souza de Freitas ... [et al.]. – Porto Alegre :EDIPUCRS, 2010.130 p.